

A DEVASTAÇÃO DO TRABALHO E A CRISTALIZAÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA

Suzana Przybyszewski Barros¹
Ruteléia Cândida de Souza Silva²

Resumo: Tematizando os efeitos da contrarreforma, imposta pelo capitalismo central aos países periféricos, a partir da crise dos anos dourados, este artigo aborda as implicações dos ajustes impostos aos países da América Latina, diante de um ambiente de reestruturação produtiva e de aprofundamento da desigualdade e da pobreza. De cunho bibliográfico e documental, este artigo busca analisar alguns efeitos desses ajustes sobre as configurações do trabalho e, consequentemente, o aumento da desigualdade e da pobreza na América Latina. Como resultado, as aproximações teóricas apresentadas – submetidas à análise qualitativa – permitiram considerar que as transformações no Mundo do Trabalho, que visam produção exponencial de riqueza, mas acabam por gerar aprofundamento da pobreza e da desigualdade social.

Palavras-chave: América Latina. Trabalho. Desigualdade. Pobreza.

¹ Assistente Social da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: suzypki@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2914518903076216>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9267-199X>

² Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Graduação em Serviço Social, Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: rute.as@gmail.co
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4393932625470768>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1833-9040>

THE DEVASTATION OF WORK AND THE CRYSTALLIZATION OF POVERTY AND INEQUALITY IN LATIN AMERICA

Abstract: Thematizing the effects of the counter-reform, imposed by central capitalism on peripheral countries, from the crisis of the *Golden Years*, this article addresses the implications of the adjustments imposed on Latin American countries, in the face of an environment of productive restructuring and deepening of inequality and of poverty. This article has bibliographic and documental basis and seeks to analyze some of the effects of these adjustments on work configurations and, consequently, the increase in inequality and poverty in Latin America. As a result, the theoretical approaches presented – submitted to qualitative analysis – allowed considering the transformations in the World of Work, which aim at exponential production of wealth, but end up generating a deepening of poverty and social inequality.

Keywords: Latin America. Work. Inequality. Poverty.

Introdução

Nas últimas décadas do século passado aconteceram mudanças expressivas que incluíram – e ainda incluem – novas formas de exploração do trabalho, sobretudo, quando consideradas as formas atuais de inserção na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política do conjunto de trabalhadores. Trata-se de um momento, cujos fundamentos se desenharam desde a segunda metade do século XX, denominado por Virgínia Fontes (2010) como aquele fundado no capital imperialismo.

Fontes (2010, p. 197) se faz valer desse termo para situar o leitor sobre a dinâmica atual do capitalismo que, centrada na acumulação capitaneada pela forma capital monetário ou capital portador de juros,

generaliza-se, ampliando a concentração de capitais em níveis nunca antes vistos. Ao mesmo tempo em que a autora procura aprofundar e atualizar a ideia de imperialismo apresentada por Lênin que, num contexto de expansão imperialista pós-Segunda Guerra Mundial, não mais recorre à ideia de que a exportação de mercadorias e de capitais seria a única fonte de expansão. E tampouco pela noção de que a fusão de capital bancário e capital industrial originaria o capital financeiro.

Afirma Fontes (2010, p. 198) que a atual forma de concentração “[...] decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, pornograficamente entrelaçadas”. E mais: o capital-imperialismo contemporâneo se reveste tanto da classe trabalhadora crescente e difusa nacional e internacionalmente quanto da centralização e concentração dos recursos sociais de produção. Não decorre, portanto, de uma opção política, como se o Estado estivesse acima das condições sociais, mas “[...] das formas concretas de expansão/ contração da dinâmica capital-imperialista ao longo das últimas décadas [...]”.

No interior dessa dinâmica, frações das burguesias secundárias, vinculadas ao processo internacional de concentração, sob a égide do capital monetário e apoio estatal, passaram a impulsionar a internacionalização de capitais a partir de suas próprias bases locais. E essa discussão de Fontes (2010, p. 256) é fundamental, porque a partir dela é possível identificar contradições crescentes nos Estados capitalistas na atualidade, dentre estas, “[...] a profunda desqualificação das formas políticas clássicas”.

Nesse sentido, a própria dinâmica da representação política parece se alterar mediante a extrema concentração da propriedade dos recursos sociais de produção – que se apresenta hoje blindada

por legislações e entidades internacionais –, “[...] acrescida de enorme volume de aparelhos privados de hegemonia sustentados pelo empresariado e voltados para convencimento de massa, contando com recursos técnicos refinados” (FONTES, 2011, p. 419).

Em países do centro ou da periferia, a intensificação do processo de contrarreformas³ para ampliar a extração de valor, em grande parte, realizadas por partidos de origem popular, aprofunda o descrédito da política. Eleva-se ainda o uso da violência e da coerção estatais, num movimento contínuo de ampliação da repressão e da militarização da vida social, diante do que se configuram crescentes situações de exceção (FONTES, 2017, p. 420).

Desde então, alegando razões de segurança contra o terrorismo, tem sido gestadas inúmeras formas de “[...] controle de todos os aspectos da vida, do trabalho ao cotidiano [...]”, e “[...] banalização, como o controle dos programas e plataformas de internet sobre o conjunto e o perfil de seus usuários. Longe de aumentar a segurança da vida humana, aprofundam as formas de violência direta e simbólica no cotidiano social” (FONTES, 2017, p. 420).

Desde esse momento, as crises – econômica e política – se transformam em expressão da crise mais ampla do capitalismo no contexto mundial. E mesmo diante de uma miríade de interpretações sobre esse atual momento, o Estado assumi configurações impres-

³ Behring e Boschetti (2011) afirmam que o termo ‘reforma’ utilizado para designar o projeto neoliberal (liberalização comercial, privatização em larga escala, desregulamentação e flexibilização do direito do trabalho) impostos aos países da periferia do capital se tratou de reformas orientadas para o mercado, portanto, refere-se a uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, destituída de seu cunho redistributivo socialdemocrata submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança, seja qual for seu sentido e direcionamento, significasse uma reforma.

cindíveis para que o desenvolvimento capitalista passe ileso por suas crises, também intervém para que sejam ampliadas ou preservadas, as taxas de acumulação e concentração de capital. Afinal, o Estado tem a responsabilidade de garantir um “[...] *volume enorme de condições gerais de produção e assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente, com a administração das crises enquanto função estatal vital na fase tardia do capitalismo*” (MANDEL, 1982, p. 333, grifos do autor).

Atualmente, uma larga bibliografia atesta que o Estado se tem mostrado alinhado com as políticas de ajuste impostas aos países periféricos desde o Consenso de Washington⁴. Em seu conjunto, essas políticas têm imposto uma série de medidas que se configuram num eficiente movimento de *contrarreformas* do Estado e de suas instituições, cujos efeitos têm se mostrado perversamente regressivos, suprimindo direitos sociais consagrados. Em grande parte, as consequências desses processos promovidos e financiados pelos organismos multilaterais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Organização Mundial do Comércio (OMC) – re-

⁴ Conjugua uma série de grandes medidas formuladas por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. É caracterizado como a adoção de um conjunto de medidas capazes de garantir a estabilidade macroeconômica, como as privatizações, a abertura da economia e o controle da inflação e do déficit público. Além destas, também foram propostas medidas estruturantes de longo prazo, como: limitação dos gastos estatais à arrecadação e, conseqüente, eliminação do déficit público; redução e focalização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização e desregulamentação financeira; taxas competitivas de câmbio; liberalização do comércio exterior (crescimento por meio das exportações); eliminação de restrições ao capital externo; desregulamentação das relações trabalhistas.

sultaram no aumento dramático da desigualdade social e da pobreza em todos os países da região (BORÓN, 2002).

Balizado nessa discussão que este artigo propõe o estudo dos múltiplos, complexos e contraditórios movimentos contemporâneos, cujos sentidos históricos, com maior intensidade nas primeiras décadas do novo século, têm apontado mudanças no modelo de produção e na reprodução da força de trabalho e caminhado na direção do aprofundamento da desigualdade e da pobreza⁵, em especial no conjunto dos países latino-americanos.

2 Dominação capitalista, pobreza e desigualdade: o contexto latino-americano

A década de 1970 foi marcada pelo rompimento do grande capital com as experiências de Estado social – nos termos de Boschetti (2016) – estabelecidas nos países do capitalismo central europeu após a Segunda Guerra Mundial. Foi nessa época que a dinâmica capitalista começou a experimentar uma onda longa e recessiva,

⁵ Este estudo ao caracterizar a pobreza, ainda que, em alguns momentos, faça menção a aspectos socioeconômicos, não a reduz a privações materiais, tendo em vista que a pobreza é produto da dominância do modo de produção capitalista, que produz, simultaneamente e de forma proporcional, acumulação de riqueza e miséria, enquanto faces contraditórias de um mesmo movimento. Sendo determinada por esse modo de produção, a pobreza não se caracteriza tão somente pelo não acesso a bens, mas também se traduz pela exclusão ou regressão de acesso a direitos. Já no que diz respeito aos aspectos relacionados à construção do conceito da desigualdade que aqui propomos consiste na condição de vida de um indivíduo ou família em um determinado país ou região. Perpassa pela sua participação na redistribuição de renda nacional; pela ausência de uma redistribuição de renda; da distância entre linha de pobreza do rendimento médio dos pobres e distribuição da pobreza entre os pobres; da pauperização absoluta e relativa (NETTO, 2007).

marcada pela desaceleração do ritmo do crescimento econômico e pela queda das taxas de lucro, sendo necessário, à burguesia monopolista, adotar medidas para reverter esse movimento de retração dos níveis de acumulação. É nesse momento que tem início uma forte ofensiva ao Estado social configurada por meio de imposição de ajuste neoliberal.

Em grande parte, essa imposição esteve vinculada à relação de dependência e ao endividamento dos países de economia periférica com os países centrais, pois com a contração de demanda – que sempre acompanhou a crise nos países centrais –, o capital não investido no setor produtivo se desloca em direção

[...] à esfera da circulação sob a forma mais arcaica de acumulação: o empréstimo, e como corresponde a tal época sobre a pressão cambial, o preço do dinheiro é determinado pelos próprios donos do capital [...] assim se produz um derrame de empréstimos às economias do nosso continente, com aumentos paulatinos das taxas de juros e a diminuição muito mais rápida das rendas líquidas de capital financeiro (SALINAS, 2009, p. 131).

Netto (2007, p. 148) traz um elemento importante nessa análise: que a relação de exploração entre essas economias – centrais e periféricas – tem se constituído historicamente. E que inclusive, essa relação se manteve intensa no pós-Segunda Guerra Mundial, com recursos oriundos da periferia para que as grandes economias centrais financiassem o seu Estado social.

O endividamento externo de um contingente de países da América Latina conduziu ao aprofundamento da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais sobre essa região, levando a imposição de planos de ajustes em consonância com as

diretrizes estabelecidas no Consenso de Washington como condição para renegociação de dívidas assumidas junto ao FMI e ao Banco Mundial, adequando seus modelos econômicos aos programas neoliberais (CHESNAIS, 2005).

Salama (1998, p. 235) chama atenção ao fato de que, de forma geral e modesta, o crescimento foi retomado, tendo em vista que a redução das taxas de inflação, a estabilização macroeconômica e a liberalização comercial e financeira explicam “[a] retomada de crescimento e do investimento e os primeiros sucessos das soluções liberais da crise [...]”.

Contudo, esse crescimento não se sustenta e os anos de 1990, conhecido como década neoliberal, apresentaram taxas de crescimento inferiores ao da década de 1980, esta conhecida como a década perdida para a América Latina. Mundialmente, os anos de 1990 foram marcados por um período de instabilidade devido às crises financeiras cambiais, agravada pela não efetivação da retomada do desenvolvimento, elevação da competitividade e aumento da pobreza na América Latina (CARCANHOLO, 2010).

Resultante das imposições dos organismos multilaterais, que capturam os Estados nacionais e redimensionam as políticas públicas, o conjunto de medidas adotadas restringiu às políticas sociais, focalizando-as em segmentos específicos, aqueles considerados de maior vulnerabilidade⁶ e mais pauperizados, quando não

⁶ A partir dos anos 1990, no âmbito das agências multilaterais, a pobreza é classificada a partir de indicadores econômicos, como a renda per capita, sendo propostas ações e políticas de “alívio” à pobreza por meio de programas assistenciais acompanhados de condicionalidades. O Banco Mundial, sobretudo, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2002) assume uma visão multidimensional da pobreza, incorporando o conceito de vulnerabilidade

são submetidos à crescente lógica e mercantilização, que as coloca no circuito de valorização do valor. Foram criados a partir daí novos nichos de investimento ao grande capital privado, voltados, principalmente, à mercantilização da educação, saúde, previdência, habitação, dentre outras.

O resultado não poderia ser outro: a radicalização das desigualdades e a ampliação dos níveis de pobreza, acompanhado por políticas tributárias regressivas, que impõe uma incidência tributária proporcionalmente maior sobre as menores rendas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). E como já foi dito por Hobsbawm (2007, p. 11), “[não] há indícios de que essa polarização [riqueza e pobreza] não esteja prosseguindo dentro dos países, apesar de uma diminuição geral da pobreza extrema”. Dados do Documento Informativo da Oxfam, publicado em janeiro de 2020, apontam que a desigualdade econômica está fora de controle. Em 2019,

[...] os bilionários do mundo, que somavam apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas. Os 22 homens mais ricos do mundo detêm mais riqueza do que todas as mulheres que vivem na África. Esses extremos de riqueza coexistem com uma enorme pobreza. Novas estimativas do Banco Mundial revelam que quase metade da população no mundo sobrevive com menos de US\$ 5,50 por dia e que a taxa de redução da pobreza caiu pela metade desde 2013 (OXFAM, 2020, p. 5).

Não é por acaso que entre as regiões com maior desigualdade no mundo, a América Latina segue como a região mais desigual, em níveis de pobreza acima da África Subsariana e com índice *Gini* mé-

social. Entretanto, desconsidera as relações existentes com as questões relativas às desigualdades e à distribuição da riqueza socialmente produzida, desvinculando a “questão social” dos condicionantes estruturais (SILVA, 2018).

dio quase um terço superior ao da Europa e Ásia Central (CEPAL, 2019). Essa polarização da riqueza se é apresentada nas análises de Bóron (2002), ao afirmar que a renda média de um executivo no Brasil, descontado os impostos, é 93 vezes maior que a renda *per capita* do país. Já na Venezuela é 49 vezes maior; no México, 45 vezes; e na Argentina, 39 vezes.

Até mesmo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), no Panorama Social da América Latina 2019, creditam à América Latina o status de região do planeta que concentra as maiores desigualdades. Nesse Relatório, a CEPAL indica que a América Latina conta, atualmente, com 209 (duzentos e nove) milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza sendo que desse total 78 milhões de pessoas em extrema pobreza (CEPAL, 2020).

Segundo dados do Panorama Social da América Latina 2020 (CEPAL, 2020), a pobreza e a extrema pobreza foram agravados com a pandemia COVID-19, alcançando níveis não observados nos últimos 12 e 20 anos respectivamente. O documento aponta que a pandemia evidenciou e exacerbou as grandes lacunas estruturais dessa região. Esse aumento da pobreza registrado, de acordo com dados do Panorama, tem afetado principalmente crianças e adolescentes, mulheres, povos indígenas e afrodescendentes, os que residem em zonas rurais e os desempregados.

Em seu conjunto, os estudos apresentados têm apontado a pobreza como maior desafio às economias latino-americanas e indicam que sem as medidas de proteção social, implementadas pelos governos, os níveis de pobreza e extrema pobreza seriam bem maiores. No entanto, diante de uma “questão social” maximizada, as políticas de gestão da pobreza estão longe de reduzir esses níveis,

pois a pobreza e a desigualdade são fenômenos inseparáveis da acumulação capitalista (NETTO, 2007).

Apesar dos dados apresentados expressarem a realidade alarmante da América Latina, a metodologia e análise aplicadas mantêm intocadas as desigualdades, a lógica de exploração da força de trabalho pelo capital, bem como a vinculação dos programas de transferência monetária aos interesses do capital financeiro. Alinhada a esses interesses, a metodologia proposta por esses organismos assume um caráter relativizante, confrontando-se, em alguns momentos, até mesmo com os próprios dados empíricos apresentados em seus estudos.

E como já alertavam Salama e Destremau (1999, p. 18), mensurar a desigualdade e a pobreza consiste numa tarefa sempre marcada por alguma limitação, tendo em vista que a pobreza é fenômeno permeado por múltiplas facetas e dimensões. Logo, qualquer tentativa de mensurá-la “[...] significa amiúde reduzi-la e desconhecê-la. Por vezes, finos conhecedores da pobreza ‘no papel’ são incapazes de compreendê-la na vida cotidiana e, chamados à responsabilidade, seja nas organizações internacionais ou nos governos, preconizam políticas no mínimo inadequadas”.

Contudo, o movimento que submete explicações simplificadas e desvirtuadas à luz da perspectiva crítica, permite desmistificar muitos mitos que ocultam determinações que, nos dias atuais, intensificam a desigualdade e a pobreza: o desemprego, as relações informais de trabalho, a ausência de investimentos e sucateamento da saúde pública, a redução dos direitos previdenciários, a privatização em escala cada vez maior da educação, e as demais violações de direitos sociais. Simultaneamente, desvelam-se as motivações que levam a transferência de grande parte do fundo público destinado às

políticas sociais para atender o capitalismo financeirizado, sob a face escamoteada de juros da dívida pública (FONTES, 2010).

Também é possível identificar a apropriação dos programas de transferência monetária – focalizados e condicionados – como estratégia de expansão de mercados via relações monetárias, expressas na gestão social do risco. Como resultado, tem-se a ampliação e consolidação de mercados pela via do apoio material para aquele que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade.

Nesse sentido, ao invés do princípio da universalidade – como princípio básico de proteção social –, tem-se a associação da reprodução das condições de vida e bem-estar aos princípios do mercado, com o mercado absorvendo a satisfação das necessidades de uma parcela significativa dessa população. Assumindo uma formulação político-ideológica em consonância com os interesses do capital, a pobreza é apresentada destituída completamente de seus elementos estruturais, muito distante dos confrontos entre capital e trabalho.

Nesse direcionamento, as políticas sociais em países da América Latina como em vários países da União Europeia, continuam desconsiderando “[...] as razões e os mecanismos estruturais mais profundos, que (re)produzem as desigualdades” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009, p. 107). O que se agrava quando consideramos as estruturas de dominação e concentração de riqueza, terra e poder, e a expansão significativa do processo de precarização estrutural do trabalho nos países latino-americanos. Trata-se de uma tendência desenhada na década de 1970, consolidou-se nos anos de 1990 e assumiu uma nova curva ascendente com a crise de 2008, eclosão da nova fase da crise estrutural do capital.

Como resultado, temos a consagração de novos contingentes

assalariados, cada vez mais precarizado, que realizam trabalhos esporádicos e intermitentes, sem contratação regulamentada e formalizada, e com menores níveis salariais.

3 Mudanças no modelo de produção e na reprodução da força de trabalho e sua vinculação com o aprofundamento da desigualdade e da pobreza

Na América Latina, a articulação entre a financeirização da economia, neoliberalismo e reestruturação produtiva impôs a enormes segmentos populacionais impactos da elevação de extração de mais-valor e dos ajustes fiscais impostos. O que resultou no agravamento das desigualdades sociais e maior arrocho das condições da classe trabalhadora (ANTUNES, 2014). Esses impactos são sinalizados pela ofensiva do capital para extrair mais-valor por meio de ajustes neoliberais nos campos previdenciário, trabalhista e sindical e pela redução ou privatização das políticas públicas, redução de gastos e investimentos públicos e consequente recessão e desemprego (CARCANHOLO, 2010).

Sob o padrão neoliberal, tem-se o aprofundamento da exploração do trabalho para recuperar as taxas de lucro e reverter o quadro de estagnação que se estabeleceu anteriormente. Embora existam diferenças na implementação das políticas de ajustes estrutural nos países latino-americanos, verificam-se algumas características comuns que segundo Marx (2010, p. 1493)

[a] contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais-valor [...].

Dessa forma, no capitalismo contemporâneo, sob o discurso ideológico de flexibilização “[...] nutre o aumento das taxas de [mais-valor] absoluto e relativo [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 143) através da superexploração da força de trabalho, caracterizada por baixos salários, ritmos de produção intensificados, jornadas de trabalho prolongadas que combinam a extração de mais-valor absoluto com a extração de mais-valor relativo (ANTUNES, 2014).

Essa conjuntura afetou também o movimento sindical nos países da América Latina, particularmente aqueles dotados de uma industrialização significativa, caso do Brasil e México, provocando uma crise sindical que, segundo Antunes (2014), aprofunda-se num contexto em que se tem um fosso entre os trabalhadores estáveis e os precarizados, criando um abismo social no interior da própria classe trabalhadora.

Especificamente em relação à América Latina, não podemos deixar de considerar características da superexploração apontadas por Martins (2017) quando afirma que a trajetória dos salários é mascarada em razão das políticas cambiais que, em certo momento, permitiu à população desfrutar de poder de compra um pouco acima de sua renda real – ainda que à custa do endividamento –; elevação do desemprego e da pobreza e da desigualdade; alto grau de informalidade do mercado de trabalho, disparidades entre a elevação do nível de qualificação e os níveis de renda.

De um modo geral, o processo de acumulação do capital gera desenvolvimento do modo de produção capitalista e acumulação de capital, uma vez que o aumento do capital se revela como ampliação tanto da classe capitalista quanto dos trabalhadores assalariados, alargando o poder de mando do capital sobre o trabalho.

Sob essas condições, Marx (2010, p. 1493) esclarece que

[...] a mudança na composição técnica do capital, [...] faz com que a seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante. Cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação.

Com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade se torna um dos seus produtos e impulsos mais poderosos, que operam mudança na composição técnica e de valor do capital. Proporcionalmente se reduz o emprego da força viva de trabalho, por meio da articulação dos meios de extração de mais-valor absoluto e mais-valor relativo. Dessa forma, reduz-se o capital variável e eleva-se o capital constante, ao mesmo tempo em que se ampliam as taxas de lucratividade.

Como resultado, tem-se o declínio do capital variável em detrimento do crescimento absoluto da população trabalhadora, que cresce mais rápido do que a necessidade de seu emprego para valorização do capital. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativa supérflua, acirrando a concorrência entre os trabalhadores e interfere na regulação dos salários. Em suma, o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital.

Tais características são próprias do processo de expansão da acumulação capitalista que impõem normas de rentabilidade e exigências relativas à produtividade, intensificação do trabalho, baixos salários, mudanças organizacionais nas estruturas produtivas e maior flexibilização das formas de remuneração. E a contenção

salarial que, somada ao desemprego de longa duração e a instabilidade do trabalho, acentua a exploração da classe trabalhadora e aprofunda a exclusão de um contingente de trabalhadores idosos e os considerados de baixa qualificação, principalmente, jovens, negros e mulheres.

E se essas características têm se intensificado na América Latina desde a implementação das políticas neoliberais, no atual cenário – de predomínio de bases conservadoras – grandes segmentos populacionais têm sido colocados num abismo ainda maior chamado – convencionalmente – de extrema pobreza.

Não à toa que essa região segue sendo apresentada por diferentes organismos internacionais como a que tem a pior distribuição de renda do mundo. Para agravar, nos dias atuais, a expansão capitalista tem intensificado ainda mais a expropriação de direitos, além de retomar algumas características do trabalho já superadas como trabalho por peças, trabalho a domicílio, terceirização e quarteirização.

Aqui se cristaliza uma realidade em que desigualdade, pobreza e superexploração do trabalho se intensificam enquanto produtos da reestruturação do capitalismo global e, localmente, de políticas de privatizações e desregulamentações incluídas na *contrarreforma* do Estado. Sob tais condições, a dominação imperialista tem intensificado a luta violenta pela supremacia do capitalismo em si mesmo, constituindo uma realidade destrutiva, inclusive, no âmbito de destituição de direitos sociais e da superexploração do trabalho, que produz e reproduz desigualdades, violências e pobreza.

Considerações...

Seguramente, atribuir visibilidade aos múltiplos, complexos e contraditórios movimentos contemporâneos – que têm imposto mudanças no modelo de produção e na reprodução da força de trabalho e o aprofundamento da desigualdade e da pobreza no conjunto dos países latino-americanos –, tem se constituído em um grande desafio, sobretudo, quando consideradas às mediações necessárias à apreensão do movimento dessa realidade. Trata-se de um movimento que tem desafiado um número crescente de intelectuais que buscam empreender uma leitura crítica da realidade dessa região, em especial, diante um momento em que o capital vem adquirindo uma força inédita em sua face financeira.

Nesse momento, o conjunto de países que compõem essa região tem passado por mudanças que aprofundam os níveis de concentração de riqueza e da propriedade, na mesma proporção em que se intensificam a superexploração da força de trabalho, o crescimento do trabalho desprotegido, o subemprego e o desemprego em níveis jamais vistos. Apoiada na superexploração de trabalhadores, as características históricas da formação e desenvolvimento dessa região têm sido exponenciadas e atualizadas, de maneira que se mostram redimensionadas no presente acirrando ainda mais a relação de dominação dos países de capitalismo central sobre os países latino-americanos.

Nesse contexto, novas roupagens são dadas a velhas formas de exploração que – baseadas na ideologia do autoemprego, do empreendedorismo, dos negócios próprios mediados pelo discurso das oportunidades e liberdades de escolhas individuais, na *uberização* e

na concorrência, justificadas e ocultadas pelas tecnologias da informação – são postas como alternativa à pobreza, à desigualdade, ao desemprego.

Assim, escamoteiam-se as relações de exploração e assalariamento que, além de suprimir ainda mais o acesso ao emprego, expropriam os direitos, cristalizando um direcionamento que metamorfoseia e combina novas e velhas formas de extração de mais-valor. E para garantir excelentes condições de acumulação do capital, os Estados aprofundam as contrarreformas para expropriar trabalhadores, cujas consequências têm se intensificado no campo da corrosão dos direitos sociais e das suas conquistas históricas, bem como da mercantilização dos bens públicos e das políticas sociais.

Contudo, mesmo diante de um cenário tão sombrio para a classe trabalhadora latino-americana, é preciso pensar e construir formas de resistência aos longos períodos de supressão de direitos, criando condições para reverter o quadro perverso de dominação capitalista e a prevalência de políticas de ajustes. Mas se o caminho é seguir, momentaneamente rumo ao alargamento do acesso a direitos e, pelo menos, a taxaço das grandes riquezas, não podemos esquecer a luta maior que é a direção da emancipação humana, em contraposição à dominação e exploração do sistema capitalista. Continuemos na luta, pois ainda há esperança!

Referências

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a Nova Morfologia do trabalho no Brasil. In: **Estudos Avançados**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas-SP: UNICAMP, v. 28, nº 81, 2014, p. 39-53.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social. 9 ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.

BORÓN, Atilio Alberto. Las “**Reformas del Estado**” en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. *In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. Córdoba-Argentina, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016, 192 p.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *In: Revista Aurora*, ano IV, v. 4. Universidade do Estado de São Paulo (UNESP). São Paulo: UNESP, ago. 2010, p. 1-10.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama social de América Latina 2018**. Santiago: Naciones Unidas, 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf. Acesso em: 08 set. 2019.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama social de América Latina 2019**. Santiago: Naciones Unidas, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/S1900909_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 fev. 2020.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In: CHESNAIS, François. (Org). A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-68.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. Desestruturação do Trabalho e Política Social. *In: PEREIRA, Potyara Amazoneida et al. Política Social, Trabalho e Democracia em questão*. Brasília (DF): Programa de Pós Graduação em Política Social (PPGPS) da UnB, 2009.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo: Teoria e História.** Ministério da Saúde / Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010, 388 p.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. *In: Revista Serviço Social e Sociedade.* n.130. São Paulo: Cortez, 2017, p.409-425. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0409.pdf> Acesso em: 20 mai. 2019.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008, 495 p.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril, 1982.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: 2017.** 367 p.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2010. 1492 p.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço social. *In: Revista Em Pauta.* Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ed. Revan. n° 19. Rio de Janeiro: jan/jun. 2007. p. 135-170.

OXFAM Internacional. Tempo de cuidar. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. **Documento Informativo.** Brasília: OXFAM, 2020.

SALAMA, Pierre. A financeirização excludente: as lições das economias Latino-americanas. *In*: **CHESNAIS, François (coord.)** A mundialização financeira: Gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998. p. 211-248.

SALAMA, Pierre e DESTREMAU, Blandine. O Tamanho da Pobreza – Economia política da distribuição de renda. Tradução de Heloísa Brambatti. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SALINAS, Dario. O Estado latino-americano: notas para a análise de suas recentes transformações. *In*: LAURELL, Asa Cristina (Org.), **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 125-149.

SILVA, Ruteléia Cândida de Souza. A Economia Política da Pobreza na Atual Trama Conjuntural Brasileira: conservadorismo, (des) caminhos, contradições e interdições no horizonte da transformação social. Tese [Doutorado em Política Social]. Programa de Pós-Graduação Em Política Social (PPGPS). Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória: CCJE/PPGPS/UFES, 2018. 470 p.